



## **A FAMÍLIA NA GESTÃO DA ESCOLA: UMA PROPOSTA DE PARCERIA PARA OS PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM**

ALMEIDA, Franciele Jaqueline. USF. [fran\\_reiki@hotmail.com](mailto:fran_reiki@hotmail.com)  
MEDEIROS, Dalva Helena (OR). FECILCAM. [dalva-helena@uol.com](mailto:dalva-helena@uol.com)

### **INTRODUÇÃO**

O interesse por esta pesquisa surgiu a partir de atividades do Projeto “Contribuições da Pesquisa Social, da Etnomatemática e da Modelagem Matemática como Intervenção em Projetos Escolares” a partir do qual foi possível detectar algumas deficiências encontradas na relação ensino-aprendizagem dos alunos da rede Estadual de ensino do Município de Iretama, como solução buscou-se na parceria com os pais elevar o índice de aprendizagem dos alunos. Para tanto, foi realizado atividades teórico-prático com a escola e comunidade com base na metodologia da pesquisa-ação proposta de Thiollent (2005) concretizado com a implantação da Escola de Pais em três escolas estaduais do município, bem como implantação de Grêmio Estudantil, palestras para os pais, alunos e professores sobre gestão democrática, importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos, drogas e sexualidades, entre outras. Vale destacar que este trabalho contou com a ajuda do programa do Governo Estadual Universidade Sem Fronteiras, financiado pela SETI/Pr e com professores e acadêmicos da Fecilcam.

Dessa forma, acredita-se que os alunos, sentindo-se estimulados e incentivados por seus pais, reconhecendo-os como parceiros atuantes na escola, irão se esforçar para elevar sua aprendizagem.

Para que a escola fundamente uma discussão sobre a participação da família em intermédio com a escola, é necessário, primeiramente, conhecer o perfil de família da sociedade atual, pois é ela, a primeira instituição formadora do indivíduo.

Neste sentido, toma-se como fundamento da análise proposta a influencia da família para a formação do sujeito enquanto “ser social”, por estabelecer e depender desta, suas primeiras relações humanas, afetivas e emocionais. Para tanto, é preciso delinear o conceito de família na história da sociedade segundo o modo de produção vigente em cada época, ao passo que afeta a “[...] estrutura dinâmica familiar que compõe o tecido social” (ORSI, 2003, p. 68). Dessa forma, o núcleo familiar em suas variantes compõe papel de destaque na formação do indivíduo, por mediar as relações que este estabelece com o mundo desde á infância até a adolescência.



## A FAMÍLIA EM TRANSIÇÃO

Com intuito de enriquecer a referente pesquisa faz-se necessário traçar o caráter histórico da instituição família. Lembrando que nasceu com o homem, mas se estruturou e se organizou na medida em que certas condições tipicamente culturais passaram a caracterizar a coletividade humana.

Segundo a sociologia da família é esta o local de socialização e formação da cultura e da personalidade, eixo em torno do qual se constituem os direitos e proibições, assim, compõe o conjunto de normas que vão desde a gestação, ao nascimento, noivado e casamento, ambiente de sentido e significado simbólico moral, de idéias e valores culturais.

A família se modifica através dos tempos, mas em termos conceituais, é um sistema de vínculos afetivos onde deverá ocorrer o processo de humanização. A transformação histórica do contexto sócio-cultural resulta de um processo em constante evolução ao qual a estrutura familiar vai se moldando (ORSI, 2003, p. 68).

De acordo com Marconi a família é considerada uma unidade social básica e universal. “Básica, porque dela depende a sociedade; universal, pois em todas as sociedades humanas encontra-se, de uma forma ou de outra, a família” (LAKATOS, 1981, p. 154).

Como se constata, a família é uma parte de um todo maior, o sistema de parentesco, que consiste numa estrutura de papéis e relações baseadas nos laços de sangue e de afeto, que ligam homens, mulheres e crianças.

Desde o início de sua constituição os elementos principais de uma família é o casamento e a paternidade. O casamento estabelece as regras que orientam as relações, os direitos e os deveres recíprocos dos cônjuges. Neste sentido a paternidade regulamenta o parentesco, que não se limita a laços de sangue.

Fenômeno universal é possível afirmar que a família é uma instituição que evolui conforme as conjunturas socioculturais. Não é um agente social passivo. Sua história recente revela um poder de adaptação e uma constante resistência em face das mudanças em cada período (SETTON, 2002, p. 5).

Neste sentido, pode-se encontrar em cada período da história um modelo de família fixado segundo o modo de produção vigente. Marcado pelo trabalho escravo, o Brasil-Colônia apresenta a família tradicional, sendo esta, extensa e de relação patriarcal. Neste período a mulher, era educada para castidade, fidelidade e a subserviência. Os filhos eram



considerados extensão do patrimônio do patriarca, desde seu nascimento, raramente experimentavam o aconchego e a proteção materna, pois, passavam a maior parte do tempo com suas amas de leite.

No final do século XIX, a Proclamação da República, o fim do trabalho escravo e o início do processo de industrialização e de urbanização, modificaram os modos de produção e, conseqüentemente a organização da sociedade. Tais mudanças trouxeram no bojo de suas estruturas um novo modelo de família. Trata-se de uma família constituída por pai, mãe e poucos filhos. O homem continua detentor da autoridade e provedor, enquanto a mulher assume uma nova posição, a de rainha do lar.

Nesta época, a mulher ainda era educada para desempenhar seu papel de mãe e esposa, executar seu papel de rainha do lar, cuidando das atribuições domésticas como lavar, passar, cozinhar, entre outras funções que uma casa exige, bem como educar os filhos e ser submissa ao marido.

Nos últimos anos, percebe-se que a economia capitalista vem acarretando mudanças no plano sócio-político-econômico do Brasil, as quais, interferem na dinâmica e estrutura familiar, possibilitando mudanças em seu padrão tradicional de organização.

Dessa forma, a concepção de família contemporânea surge na década de 1990 apontando um novo modelo de estruturação de seus membros, assim, a tradição do lar constituído por pai, mãe e filhos não se enquadra na sociedade capitalista vigente. Neste sentido, não se pode deixar de considerar que o destino social e pessoal do indivíduo tem grande suporte na sua convivência familiar, pois, é neste espaço de convivência emocional e afetiva que estabelece suas primeiras interações sociais.

No âmbito da configuração contemporânea da família, via de regra, vem sendo vista como desestruturada, a maioria dos lares compõe-se de pai e mãe que trabalham fora, bem como os com a ausência dos mesmos, é o caso de crianças que são criados pelos avós, ou mães solteiras. Neste sentido, cabe acrescentar que a falta da figura materna e/ou paterna, ou a ausência dos mesmos gera conflitos na criança que influenciam negativamente o seu rendimento escolar, fato que, segundo Orsi é a (2003, p. 69) “[...] justificativa do grande aumento no número das psicopatologias de diferentes ordens, incluindo as dificuldades no aprendizado escolar”.

O modelo familiar, já há algumas décadas, vive transformações graduais mas extremamente profundas, dado que a inserção da mulher no mercado de trabalho e o aumento dos níveis de separação de casais contribuem para a emergência de um novo padrão de convivência e referência identitárias (SETTON, 2002, p. 5).



Embora cada momento histórico corresponda um modelo de família preponderante, ele não é único, sempre existiram outros, com menor expressão social. Além disso, o surgimento de uma tendência não elimina imediatamente a outra, prova disto é que, ainda hoje, é possível identificar a presença do homem patriarca e da mulher “rainha do lar”.

Segundo Kaloustian (2004) a família é considerada como instituição fundamental que garante a sobrevivência e proteção dos filhos, bem como de seus demais membros, independentemente da forma com que esta é estruturada, é ela a principal promotora dos aportes afetivos e materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Nelas são repassados valores éticos e culturais que, muitas vezes, permanecem por várias gerações, conforme destaca Durkheim:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio moral a que a criança, particularmente, se destine (apud RODRIGUES, 2001, p. 34).

Em teoria, a família deveria ser o refúgio para as agressões do mundo. Seria como o ninho para a ave. Infelizmente nem sempre o é. Milhares de crianças, adolescentes e jovens passam a maior parte do tempo fora de casa, porque a família é o último ambiente onde gostariam de viver. Voltam para casa contrariados e arranjam algum pretexto para sair de lá o mais cedo possível. Simplesmente não amam seus pais e seus irmãos, porque também não se sentem amados por eles.

Pode-se constatar que, atualmente, há jovens protestando contra a instituição familiar como a conhecem. Não obstante, sua carência é clara e latente. Não conseguem negar que lhes falta um colo de pai ou mãe, um abraço carinhoso de alguém que nada lhes cobre senão ternura e afeto. Em momentos mais abertos dizem com sinceridade que gostariam de poder dar e receber algum carinho igual ao que seus amigos recebem nas suas casas. Isso aumenta ainda mais a revolta, porque lhes parece um sonho impossível.

Enquanto isso, as alienações do cotidiano tentam ocupar nos corações inquietos o grande vazio que só mãe e pai e irmãos preencheriam de verdade. Até certa idade, a família é imprescindível. Depois é impossível descartar-se dela sem sofrer a dor do vazio.



## A FAMÍLIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS EDUCANDOS

A identificação do educando com a família, passa pela preparação que os mesmos já tiveram com ela na primeira infância. Dessa forma, pode ser encarada como o “ponto crucial da identidade”.

Efetivamente é na família que o educando encontra a estabilidade ou a instabilidade, a razão da sua existência, ou a angústia permanente se o ambiente familiar não lhe for favorável. Assim a integração e a coerência pessoal, que se considerava ser a principal realização do jovem, depende em larga escala do desenvolvimento social, intelectual e emocional que é fomentado pelas relações familiares.

Na realidade é na família que se processa o amadurecimento do jovem. É aqui neste núcleo da sociedade que o adolescente sofre mais influências, por tê-las já sentido ao longo do seu processo de crescimento e desde o seu nascimento, onde criou e desenvolveu várias interações e onde experimentou as suas transformações primárias á nível físico, cognitivo e social.

Portanto, é na Família que o adolescente afirma a sua Identidade e o seu Eu, sofrendo as influências desta no seu processo de desenvolvimento. E é na Família que o jovem adolescente se revê, à medida que afirma o seu psíquico e o seu corpo, ficando mais adulto, criando uma desidealização cada vez mais progressiva. Desidealização esta, que não será o afastar-se e romper os laços com a Família, mas será e tão só, a criação de uma independência própria, uma afirmação do seu Eu. Processo este que não será tanto ou mais prolongado, quanto os pais exerceram a sua função, leia-se autoridade, durante toda a vida e, principalmente durante a infância, em parâmetros ligados ao social e emocional (OSÓRIO, 1989, p. 65).

Claro que é no seio familiar que o jovem educando tem a possibilidade ímpar de se mostrar tal como é, exprimindo livremente as suas opiniões de caráter, as suas emoções e vontades e porque não, criando as tais dificuldades de comunicação entre estes e os progenitores.

Osório (1989) argumenta que por ter a criança sofrido um processo de socialização específico quanto às atitudes dos pais, vai ser refletida no seu futuro global e com uma nitidez observável. Será através dos exemplos dos pais que o jovem educando encontra a sua própria “paz”, onde encontra um “ambiente” propício à sua auto-expressão.

Chegados a este momento da reflexão, pode-se considerar que o comportamento quase patológico de muitos jovens se deverá, efetivamente, a situações de conflito quase institucional no seio da família, e principalmente, desde a idade em que começou a problematizar, onde a insatisfação ou desequilíbrios conjugais constitui uma fonte de tensão,



com os quadros inerentes a esta situação, como brigas, alcoolismo, dependência de químicos, etc.

De acordo com Osório (1989) é importante considerar que o que ficou expresso no seu passado contribui, em larga escala, para que venha a obter uma autonomia de valores, de forma que cultive a sua independência e que vá largando sucessivamente sua “dependência” dos colegas e das figuras de autoridade. Demonstrando assim uma clareza perceptual e já adquirido os componentes cognitivos e emocionais. Aqui, o jovem já se libertou de todo o processo de identificação com os pais e/ou com a família, criando a sua própria independência, satisfazendo suas necessidades primárias.

Assim, pode-se dizer que as transformações profundas que o jovem sofre na fase da adolescência, não será, tão somente, um processo lento, mas também perturbador, em saber criar a sua própria identificação, libertando a identidade que tinha com os pais.

Com essa reflexão, deduz-se que uma das importantes funções da Família consiste em ajudar a estabelecer certa continuidade entre as aprendizagens da infância e as novas exigências da adolescência e da vida adulta. Então, espera-se dos pais e da escola que, estes, compreendam todos os aspectos de transição pelos quais passa o educando.

## **O ENVOLVIMENTO DOS PAIS NA ESCOLA**

De acordo com Gutierrez e Catani a escola tem seu universo próprio que somente poderá ser compreendido a partir de um conhecimento prévio, ou seja, adentrando as suas especificidades e os seus problemas. O primeiro ponto a ser destacado para conhecer a realidade de uma escola pública é identificar sua relação com a comunidade, o que se reflete na prática cotidiana de gestão da administração, ao mesmo tempo em que, para se conhecer uma dada comunidade a fundo, é necessário conhecer a escola que a permeia, pois, é ela que lida direta e indiretamente com a miséria e a pobreza da comunidade em que está inserida do que outras instâncias como as universidades ou as empresas (apud FERREIRA, 2000).

Ao ser viabilizada a gestão democrática da escola pública em âmbito legal, as escolas passaram a ter a possibilidade de serem amparadas pela comunidade, o que significa estabelecer parcerias com instâncias que não fazem parte da equipe pedagógica da escola. É fato que esta relação de parceria deve ser bem planejada e estruturada para que não ocorram distorções do processo democrático.

Isso significa dizer que quando falamos em gestão participativa no âmbito da escola pública estamos nos referindo a uma relação entre desiguais



onde vamos encontrar uma escola sabidamente desaparelhada do ponto de vista financeiro para enfrentar os crescentes desafios que se apresentam e, também, uma comunidade não muito preparada para a prática da gestão participativa da escola, assim como do próprio exercício da cidadania em sua expressão mais prosaica (FERREIRA, 2000, p. 69).

Ao analisar a realidade escolar na atualidade percebe-se que ainda há uma grande distorção do que realmente é uma gestão democrática, dessa forma, do ponto de vista da escola, o envolvimento ou participação dos pais na educação dos filhos pode significar apenas comparecimento às reuniões de pais e mestres, atenção à comunicação escola-casa e, sobretudo, acompanhamento dos deveres de casa e das notas.

Neste sentido, cabe questionar em que circunstâncias os professores necessitam da cooperação dos pais? O que se percebe na atualidade é que se os professores têm condições de trabalho satisfatório e se os estudantes aprendem, não sentem necessidade de procurar os pais. Recorrem aos pais quando se sentem frustrados e impotentes, quando os estudantes apresentam dificuldades de aprendizagem e/ou de comportamento, com as quais não conseguem lidar.

Quando há problemas em sala de aula, culpam a família (a ausência dos pais) pelas dificuldades dos estudantes porque têm sido culpados pelas autoridades escolares, pela mídia e até pelos próprios pais e mães pelas deficiências do ensino e pelo fracasso escolar.

Os professores buscam justificativa para o descaso na parceria com os pais nas próprias condições adversas de trabalho, pois, precisam de instrumentos teóricos e práticos para desenvolver uma crítica social, institucional e pedagógica efetiva, neste caso, é mais fácil avaliar os alunos seguindo o modelo da reprovação do que buscar soluções estabelecendo diálogo constante com as famílias dos estudantes, na busca por soluções concretas para os problemas de aprendizagem. Segundo Gutierrez e Catani:

[...] o universo da escola é particularmente complexo e específico; o diálogo só pode ser verdadeiro e frutífero a partir de um esforço de aproximação onde todos tentem perceber e conhecer o outro em seu próprio contexto e a partir da sua própria história constitutiva. Ou seja, ver o outro tal qual como ele se vê, e não apenas como eu o vejo a partir da minha especificidade (apud FERREIRA, 2000, p. 74).]

Assim, os pais partem do pressuposto de que, tampouco necessitam participar da educação escolar dos filhos quando estes vão bem na escola, preferem confiar nos professores e deixar para eles a tarefa de ensinar o currículo escolar. Por um lado, as relações entre pais e filhos em casa podem ser mais agradáveis quando não envolvem exigências escolares, testes e dever de casa. Por outro lado, para os pais, interessar-se pela educação dos filhos não significa cuidar apenas da parte acadêmica, isto é, do sucesso



escolar, pois a educação, do ponto de vista da família, comporta aspectos e dimensões que não estão incluídas no currículo escolar.

Para que se efetive a participação dos pais na escola é necessário que esta esteja pronta para acolher as famílias, que demonstre a elas que a ação escolar deve também, expressar os anseios e desejos de toda comunidade envolvida.

Logo, na escola, os objetivos que expressarão as necessidades científicas e éticas dos/das alunos/as, no sentido de sua formação humana de cidadão e cidadã, deverão ser elaborados pelos professores e professoras responsáveis pela área de ensino juntamente com os profissionais da educação, e por toda a comunidade educacional, refletindo o que existe de mais avançado na contemporaneidade no âmbito científico e ético, o que se entende por conhecimento-emancipação (FERREIRA, 2000, p.111-112).

Em suma, se há concordância acerca do conteúdo, método e da qualidade do ensino oferecido pela escola, isto é, apoio tácito dos pais e aprendizagem satisfatória dos filhos, isto é, convergência positiva do aproveitamento individual e da eficácia escolar, tudo vai bem nas relações família/escola. Mas, se os resultados são insatisfatórios ou deficientes, seja em termos individuais ou institucionais, ou se há conflitos entre o currículo escolar e a educação doméstica, então há problemas.

Portanto, a relação família/escola basicamente depende de consenso sobre filosofia e currículo (adesão dos pais ao projeto político-pedagógico da escola), e de coincidência entre, de um lado, concepções e possibilidades educacionais da família e, de outro, objetivos e práticas escolares. A relação família/escola também será variavelmente afetada pela satisfação ou insatisfação de professores e de pais, e pelo sucesso ou fracasso do estudante.

Neste sentido, a gestão participativa como proposta democrática, frente à realidade do cotidiano da escola, propõe alternativas às considerações emergentes que podem ser encaminhamentos na busca de acertos aos problemas relacionados ao cotidiano escolar, pois, entende-se que são as práticas coletivas realizadas na escola que darão a possibilidade para que a comunidade possa participar e questionar sobre as decisões a fim de melhorar, tanto sua estrutura, como sua função social de educar.

Abrindo os portões e muros escolares como um exercício para a efetivação da participação popular no interior da escola e desta na comunidade é que vamos superar a lógica burocrática, fragmentada e autoritária que ainda permeia o cotidiano da escola.

Destaca-se para experiências inovadoras já vivenciadas que comprovam que a decisão e a iniciativa coletiva conseguem resolver problemas concretos da prática educativa que, em primeiro momento, pareciam impossíveis de ser superados. Com base nestas





experiências que o autor propõe a criação de um sistema de comunicação entre os diversos níveis, bem como destacar o papel de cada seguimento na prática do planejamento escolar.

Contudo, nesta área de referencia a participação dos pais e dos alunos pode dar-se na programação de atividades, na coordenação de eventos intra e extra-escolares e no estudo da realidade. Ainda o direito da participação dos alunos devem ser garantidos conforme prevê o estatuto da criança e do adolescente, eles devem ser ouvidos em todos os assuntos que lhes dizem respeito. As associações de bairros, entidades comunitárias e as ONGs podem também contribuir em parceria com a escola, integrando suas atividades. O diretor da escola ou dirigente da unidade escolar e seu vice devem criar condições favoráveis para envolvê-los na elaboração do projeto político-pedagógico da unidade.

Atualmente a Gestão Democrática vem sendo vista por muitos pedagogos como um desafio, visando à oferta de um ensino de qualidade para todos, fato este, que remete à educação a ampliação do caráter político-pedagógico das metas educativas, em consonância com a realidade social brasileira. Assim, é importante destacar que a instituição escolar exerça um papel democrático e autônomo contrapondo-se às políticas de dominação.

Desse modo, é bom lembrar que é preciso estabelecer espaço e tempo para a discussão da política pedagógica, na escola, objetivando o amadurecimento e a interação dos profissionais, pais e alunos com vista a desenvolver um projeto político pedagógico e um planejamento participativo, determinado no calendário escolar ou definido pela comunidade, democraticamente, garantindo o acesso aos seus direitos, conhecimento e exercício de seus deveres, fazendo de todos co-participes e co-autores no processo educacional.

Cabe ressaltar que a proposta de democratizar a escola vem a contribuir para a formação de cidadãos críticos, e atuantes em seu papel de modificar e transformar a sua realidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por fim, com base nos pressupostos teóricos levantados conclui-se que a participação dos pais na escola implica em ouvir e expor a opinião própria, sobretudo, trata-se da possibilidade de uma ação coletivamente construída por todas as partes envolvidas no processo ensino-aprendizagem, ou seja, compartilhar cada etapa do processo educacional, resguardando as particularidades dos sujeitos envolvidos.



Ao invés da família ser chamada ou convocada na escola apenas quando as coisas não andam bem, quando as notas estão baixas, ou quando se precisa de uma ajuda pontual, ela deve ser vista de forma participativa, uma co-autora do processo educativo escolar e, conseqüentemente, se envolver mais diretamente na concretização do mesmo.

Desta forma, observa-se que a relação família-escola é de extrema importância na construção da identidade e autonomia do aluno, a partir do momento em que o acompanhamento desta, durante o processo educacional, leva a aquisição de segurança por parte dos filhos, que se sentirão duplamente amparados, ora pelo professor ora pelos pais, o que irá incorrer no favorecimento do processo ensino-aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

BADIOU, Althusser. **Materialismo Histórico e Materialismo Dialético**. São Paulo: Global, 1979.

BRANDÃO, Zaia (Org.). **A Crise dos Paradigmas e a Educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995. (Coleção questões da nossa época; v. 35).

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Formação Continuada e Gestão da Educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Gestão Democrática da Educação**: atuais tendências, novos desafios. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do Projeto Pedagógico**. Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. MEC: Brasília 1994.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo**. 2ª edição; Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. 6. ed. São Paulo: Cortez; UNICEF, 2004.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

ORSI, Maria Julia Scicchitano. **Família: reflexos da contemporaneidade na aprendizagem escolar**. Maringá ABPppr, Anais do I Encontro Paranaense de Psicopedagogia, Novembro, 2003.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Adolescente hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3ª edição; São Paulo, Ática, 2001.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.



SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1991 (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.40).

SETTON, Maria das Graças Jacintho. **Família, escola e mídia**: um campo com novas configurações. Educ. Pesqui. São Paulo, v. 28, n. 1, 2002. disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em: 28 de Junho de 2008.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 14. ed. Aum. São Paulo: Cortez, 2005.

VASCONCELOS, Celso dos S. Relação Escola – Família: da acusação à interação educativa. In: AEC, **Revista de Educação** – ano 23 nº 93 – Outubro/Dezembro de 1994. Família e Escola: sentido e relações.